



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Serrolândia

Quarta-feira • 18 de Janeiro de 2023 • Ano XVI • Nº 5256

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Sumário

Contratos ..... 02 a 06



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Gestor - Gildo Mota Bispo / Secretário - Governo / Editor - Prefeito  
Serrolândia - BA centro

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: ODU3OTY0MDUXMJBCQKUZMJ

## Contratos



### PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Praça Manoel Novaes, nº 99, Centro.

CNPJ - 14.196.703/0001-41

CEP. 44710-000

#### CONTRATO DE RATEIO Nº 015/2023

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 14.196.703/0001-41 com sua sede na Prefeitura Municipal localizada na Praça Manoel Novaes 99, Centro, CEP 44710-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gildo Mota Bispo**, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 095.934.578-79; doravante denominado **CONTRATANTE**; doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE/Bahia**, autarquia Inter federativa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.749.050/0001-06, com sede na Praça Nove de Maio, nº 664 – A, primeiro andar, Bairro Nova Morada - CEP 44695-000, Capim Grosso – Bahia, doravante denominado **CONTRATADO**, tem entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº. 8.666/93 à Lei Federal nº. 11.107/2005, Decreto nº. 6017/2007 e ao Contrato de Consórcio Público, o que se segue.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO se regerá pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelas Leis Ratificadoras do Município Consorciado, bem como dos demais normativos pertinentes à matéria.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se como Objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, a definição das regras e critérios de participação do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras, de modo a assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo CONSÓRCIO em consonância com o definido no Contrato de Programa formalizado entre as partes ora contratantes.

§ 1º. A Cota de Rateio será fixada e dividida em 12 (doze) meses que corresponderá às despesas de manutenção e custeio das atividades as quais resultaram benefício exclusivo ao **CONSORCIADO**.

§ 2º. Fica estabelecido que cota de rateio das despesas consorciais que o **CONTRATANTE** repassará mensalmente ao **CONTRATADO** é a estabelecida pela Assembleia Geral do Consórcio.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Praça Manoel Novaes, nº 99, Centro.

CNPJ - 14.196.703/0001-41

CEP. 44710-000

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE, para o exercício financeiro de 2023, deverá consignar na sua respectiva Lei Orçamentária Anual – LOA ou como crédito adicional especial em sua Legislação Orçamentária pertinente, dotação suficiente para suportar as despesas assumidas através do presente CONTRATO DE RATEIO.

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Poder: Executivo

Órgão: 02.02.00 – Secretaria de Administração Geral

Unidade: 02.01.01- Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.206 - Gestão das Parcerias em Consórcios

Elemento: 3.3.71.70.00 00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público.

**Subcláusula Única** – Poderá ser o CONTRATANTE excluído do CONSÓRCIO, em conformidade com o contrato de constituição do Consórcio, e após prévia suspensão, quando não consignar, na sua legislação orçamentária, dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente CONTRATO DE RATEIO.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Após a aprovação orçamentária na Assembleia Geral Extraordinária, a quota do CONTRATANTE, definida no rateio das despesas para o exercício de 2023, será de R\$ 26.424,60 (vinte seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), que será repassada em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 2.202,05 (dois mil, duzentos e dois reais e cinco centavos).

**Subcláusula Primeira.** O MUNICÍPIO CONTRATANTE se obriga a fazer o recolhimento do repasse através de débito automático pelo convênio de nº 14.220 para a conta movimento de nº 30856-0, mantida pelo Consórcio na Agência 0930-x do Banco do Brasil da cidade de Ipirá até o trigésimo dia útil do mês em curso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Praça Manoel Novaes, nº 99, Centro.

CNPJ - 14.196.703/0001-41

CEP. 44710-000

**Subcláusula Segunda** - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de dotação prevista no orçamento.

**Subcláusula Terceira** – O CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO, na forma da presente cláusula-mandato, nos termos do art. 117 do Código Civil, através do presente instrumento a representa-lo perante a instituição bancária a fim de viabilizar o débito automático indicado na Subcláusula Primeira.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I - Entregar recursos ao CONTRATADO somente mediante o estabelecido no presente CONTRATO DE RATEIO;

II – Exigir, o pleno cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;

III- Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportará as obrigações assumidas.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I- Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no CONTRATO DE PROGRAMA, observadas as normas da contabilidade pública;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;

III - Informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pela CONTRATANTE com base no presente CONTRATO DE RATEIO, para que sejam consolidadas às contas da mesma.

**Subcláusula única.** Consideram-se despesas do **CONSÓRCIO** entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do **CONSÓRCIO** previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

Praça Manoel Novaes, nº 99, Centro.

CNPJ - 14.196.703/0001-41

CEP. 44710-000

- c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais patronais (INSS);
- d) Despesas relativas à prestação de serviços do **CONSÓRCIO** em favor do município consorciado nos termos de convênio ou contrato de programa;
- e) Despesas relativas a repasses para execução de convênios.
- f) Outras despesas previstas no Orçamento Anual.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a **vigência inicia na data de sua assinatura com término em 31 de dezembro de 2023**, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior às dotações que o suportam.

### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO E RETENÇÃO DE RECEITAS

Fica autorizada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do CONTRATADO, admitida a retenção das referidas receitas para satisfazer o previsto na presente cláusula.

**SubCláusula única.** Os valores recolhidos pelo CONTRATADO, a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, incidente sobre os pagamentos efetuados, devem ser contabilizados como receita própria do CONSÓRCIO, e não servirá como compensação dos valores pactuados na cláusula quarta.

### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o **CONTRATANTE** faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do **CONSÓRCIO** e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).

II - A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativo insculpido no art. 10, inc. XV, da Lei Federal no 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA**

Praça Manoel Novaes, nº 99, Centro.

CNPJ - 14.196.703/0001-41

CEP. 44710-000

Para dirimir eventuais controvérsias deste CONTRATO DE RATEIO, fica eleito o foro da Comarca de Capim Grosso, do Estado da Bahia.

E por estar de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assina o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que surta os devidos efeitos legais.

Capim Grosso – Bahia, 04 de janeiro de 2023.

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUIPE**

**José Sivaldo Rios de Carvalho**

**Presidente**

**(Contratado)**

**Município de Serrolândia**

**Sr. Gildo Mota Bispo**

**(Contratante)**